

MALÁRIA URBANA NO BRASIL: UM ESTUDO RETROSPECTIVO

Daniel Carvalho de Menezes¹; Ana Cristina Carneiro Martins²; Loanne Valeria Xavier Bruce de Souza³; Sabrina Buchtenkirch⁴; Vitória Sahena Martins Souza Barbosa⁵; Andrea Silvestre Lobão Costa⁶

^{1,2,3,4}Biomédico, Graduando, Universidade da Amazônia (UNAMA);

⁵Biomédico, Graduando, Centro Universitário Metropolitano da Amazônia (UNIFAMAZ);

⁶Biomédico, Mestrado, Instituto Evandro Chagas (IEC)

daniellmenezes997@gmail.com

Introdução: A Amazônia Legal reúne inúmeros fatores ambientais que favorecem a proliferação e a dispersão do vetor do gênero *Anopheles*, por isso, cerca de 99,5% dos casos de malária no Brasil ocorrem nessa região. A distribuição, contudo, é heterogênea, concentrada principalmente em áreas rurais, devido à maior densidade vetorial e à maior exposição ao vetor durante atividades laborais ou de rotina. Em alguns desses locais, os indivíduos, após vários episódios de doença, apresentam imunidade clínica (portadores assintomáticos). Porém, em áreas urbanas, a malária constitui potencial risco para a saúde pública, pois a maioria dos indivíduos acometidos não são imunes, podendo desenvolver forma grave da doença. **Objetivos:** Destacar o quantitativo de casos de malária em áreas urbanas nos estados brasileiros nos últimos anos, identificando regiões com maior número de registros e discutindo os principais fatores envolvidos. **Métodos:** Estudo retrospectivo com obtenção de dados a partir do Sistema de Informação de Vigilância Epidemiológica de Malária (SIVEP - Malária), referente ao período de 2014 a 2018. **Resultados e Discussão:** Foram registrados um total de 777.523 casos de malária no Brasil, no período avaliado, sendo 112.947 (14,5%) casos em área urbana. Destes, 51041 (45,2%) são provenientes do Amazonas, representando o estado com maior quantidade de casos. Foram identificados ainda: 34372 (30,4%) casos no Acre; 9692 (8,6%) no Amapá; 8076 (7,1%) em Rondônia; 4781 (4,2%) no Pará e 4733 (4,2%) em Roraima. O Acre apresentou maior índice parasitário anual (IPA) em áreas urbanas (média de 8,38), seguido dos estados: Amazonas (2,56); Amapá (2,46); Roraima (1,78); Rondônia (0,9) e Pará (0,16). É descrito historicamente que áreas que apresentam um crescimento econômico acelerado, usualmente relacionado com um fluxo migratório intenso, gerando urbanização descontrolada, são fatores determinantes para a infecção malárica urbana. Na região amazônica, associado à ocupação, houve a destruição parcial do bioma, com desmatamento desenfreado, abertura de estradas, e o desenvolvimento de atividades de extrativismo mineral e vegetal. A literatura descreve ainda, que regiões com baixas condições sanitárias têm maiores chances de serem endêmicas para a malária, por criarem condições favoráveis ao vetor. Somado a isso, os casos assintomáticos servem como importantes reservatórios de amplificação e contribuem para o aumento de casos em zonas urbanas. **Conclusão:** Precárias condições socioeconômicas e sanitárias, intenso fluxo migratório e ocupação desordenada de uma região, constituem os principais fatores de risco para a ocorrência da malária urbana. A eliminação da malária na região amazônica constitui um grande desafio, mas o controle desse agravo em área urbana ou rural, por outro lado, já mostrou ser possível, se considerada uma intensa atuação da Secretaria de Saúde na implementação e manutenção de medidas de controle vetorial, associadas à instituição de unidades de diagnóstico e atendimento imediato.

Descritores: Malária, Área urbana, Fatores de risco.

